

P R Ê M I O

InovaSTJ

Ganhadores | Edição 2021





P R Ê M I O

InovaSTJ

Ganhadores | Edição 2021

Ministro **Humberto** Eustáquio Soares **Martins** (Presidente)
Ministro **Jorge Mussi** (Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal)
Ministro **Felix Fischer**
Ministro **Francisco** Cândido de Melo **Falcão** Neto
Ministra Fátima **Nancy Andrighi**
Ministra **Laurita** Hilário **Vaz**
Ministro **João Otávio de Noronha**
Ministra **Maria Thereza** Rocha de **Assis Moura** (Corregedora Nacional de Justiça)
Ministro Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**
Ministro Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes** (Diretor-Geral da Enfam)
Ministro **Luis Felipe Salomão**
Ministro **Mauro** Luiz **Campbell Marques**
Ministro **Benedito Gonçalves** (Diretor da Revista)
Ministro **Raul Araújo** Filho
Ministro **Paulo de Tarso** Vieira **Sanseverino**
Ministra Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues
Ministro **Antonio Carlos Ferreira**
Ministro Ricardo **Villas Bôas Cueva**
Ministro **Sebastião** Alves dos **Reis Júnior**
Ministro **Marco Aurélio** Gastaldi **Buzzi**
Ministro **Marco Aurélio Bellizze** Oliveira
Ministra **Assusete** Dumont Reis **Magalhães**
Ministro **Sérgio** Luiz **Kukina**
Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro** (Ouvidor)
Ministra **Regina Helena Costa**
Ministro **Rogério Schietti** Machado **Cruz**
Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria**
Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**
Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**
Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**
Ministro **Joel Ilan Paciornik**

Secretário-Geral da Presidência

Jadson Santana de Sousa

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal

Marcos Antonio Cavalcante



P R Ê M I O

InovaSTJ

Ganhadores | Edição 2021

EXPEDIENTE

Realização

Secretaria de Gestão Estratégica
Secretaria de Comunicação Social

Redação

Fabricio Cortes
Júlio Pepe

Edição

Elaine Rocha
Karla Bezerra
Sheila Messerschmidt

Revisão

Luciana Pereira

Fotografia

Emerson Leal
Gustavo Lima
Lucas Pricken
Rafael Luz

Projeto gráfico e diagramação

Daniel Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Prêmio Inova STJ [recurso eletrônico] : ganhadores do prêmio / Superior Tribunal de Justiça. – 2021- . – Brasília : Superior Tribunal de Justiça - STJ. 2021- .

Bienal.

Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/index/index>

1. Tribunal superior, periódico, Brasil. 2. Tribunal superior, prêmio, inovação, I. Brasil. Superior Tribunal de Justiça.

CDU 347.992(81)(047)

Sobre a premiação

O Prêmio InovaSTJ foi instituído pela Instrução Normativa STJ/GP n. 10 de 19 de maio de 2021 e tem como objetivo premiar, bianualmente, as melhores práticas e ideias inovadoras destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Superior Tribunal de Justiça.

A ideia surgiu de decisão do Comitê Gestor do Clima Organizacional, em decorrência da análise dos resultados da *Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação de 2019*, como forma de valorizar os servidores do Tribunal da Cidadania.

Nesta primeira edição do Prêmio InovaSTJ, foram inscritos 32 trabalhos em duas categorias: 21 melhores práticas e 11 ideias inovadoras, com participação de 67 servidores das diversas secretarias da Corte, além de gabinetes de ministros.

Os trabalhos vencedores serão apresentados nesta revista eletrônica.



*“Inovação é driblar
a necessidade com
criatividade.”*

Gleder Santos

Sumário

CATEGORIA IDEIAS INOVADORAS

1º lugar | *Memoriáudio* | **pág. 10**

2º lugar | *Aprendizado de Máquina Aplicado ao Índice de Processos Originários* | **pág. 14**

3º lugar | *É AQUI!!!* | **pág. 18**

CATEGORIA MELHORES PRÁTICAS

1º lugar | *Painel de Dados Inteligentes* | **pág. 22**

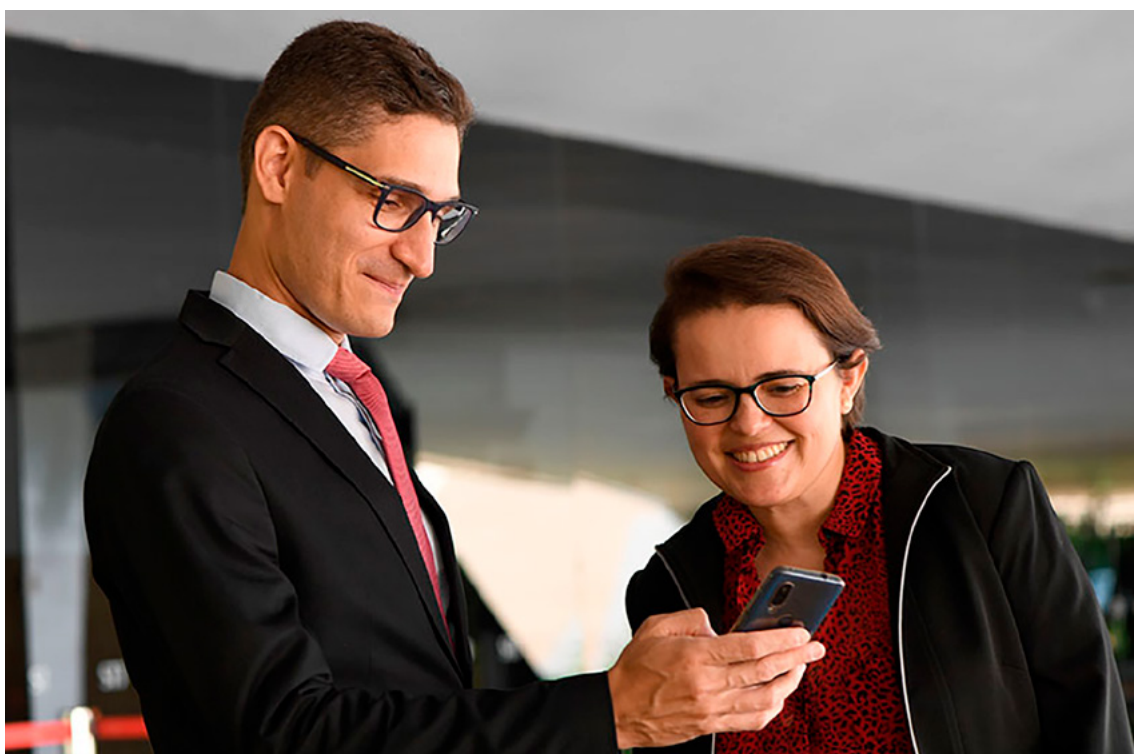
2º lugar | *Sistema de Elaboração de Editais* | **pág. 26**

3º lugar | *Implantação do Peticionamento Eletrônico Administrativo* | **pág. 30**

1º lugar / Categoria Ideias Inovadoras

Memoriáudio

Idealizadores: Eduardo Lessa Mundim e Michelle Gomes da Silveira.



Este ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu apostar na inovação e encorajou o servidor a despertar sua criatividade para melhorar a prestação jurisdicional no órgão. O resultado foi a criação do primeiro *Prêmio InovaSTJ*, com o objetivo de reconhecer não só a capacidade inventiva dos participan-

tes, mas também as melhores práticas de trabalho no âmbito da Corte. Na categoria Ideias Inovadoras, o projeto mais bem colocado foi o *Memoriáudio*, do servidor Eduardo Mundim e da colaboradora Michelle Gomes – ambos lotados no gabinete do desembargador convocado Manoel de Oliveira Erhardt.

O projeto sugere a produção de um ambiente no qual advogados possam apresentar os memoriais em formato de áudio. “A ideia é a gravação de áudios de três minutos, vinculados ao processo, podendo se estender a seis, em casos de recursos repetitivos”, detalha Mundim. Ele explica que a intenção do projeto não é substituir as reuniões diretas entre advogados e julgadores, mas acrescentar um canal de diálogo. “É uma forma adicional de comunicação, com emoções próprias da natureza humana, o que não se alcança no documento escrito”, conclui.

A apresentação de memoriais é uma ferramenta utilizada com frequência por advogados para serem atendidos nos processos. O Memorial é um documento escrito, contendo o resumo da causa e os argumentos da parte em relação ao direito que pretende obter nos autos. “Eles são direcionados a ministros e assessores com alguma consideração que o advogado entenda ser importante no processo”, esclarece Eduardo, que trabalha há sete anos no Tribunal.

Formado em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (atual UDF) e em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Eduardo

Mundim, de 39 anos, afirma que se sentiu orgulhoso e motivado quando soube que o projeto foi premiado. “Acredito que essas ideias podem



auxiliar na entrega da jurisdição, promovendo ainda mais o STJ como Corte de vanguarda – responsável pela implantação de diversas práticas inovadoras –, uma vez que o *Memoriáudio* tem aptidão para ser reproduzido nos tribunais do país”, declara.

Filosofia do projeto

Quando alguém é convidado a dar uma explicação sobre determinado assunto, a exemplo de uma pales-



“O *Memoriáudio* tem aptidão para ser reproduzido nos tribunais do país.”

**EDUARDO LESSA,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

tra, um seminário ou uma entrevista, é comum que a pessoa anote suas ideias antes, como forma de se preparar ou se aproximar do tema para depois conseguir explicá-las ao destinatário. Isso, de fato, ajuda bastante, mas muitas vezes o autor do texto percebe que aquilo que escreveu no papel não era exatamente o que estava pensando. Isso gera desconforto, sensação de dúvida e insegurança. Em outras palavras, nem sempre conseguimos escrever o que queremos falar.

Na época em que fez mestrado em Direito Constitucional, Eduardo passou por essa experiência e encontrou a solução gravando áudios para finalizar a sua tese. Ele

observou que “gravar um raciocínio” e depois degravá-lo no papel é mais eficaz do que ir direto à escrita. “Ao escrevermos, muitas ideias se perdem e acabam não sendo registradas. Por outro lado, na gravação, lançamos as ideias mais completas, mais próximas do resultado esperado. Então, pensamos: essa dinâmica de gravação de voz poderia ser aplicada também nos autos judiciais.”

Para os autores do projeto, a experiência no desempenho das atribuições do gabinete ajudou na construção do *Memoriáudio*. Eles perceberam que muitos advogados, experientes na matéria jurídica, não tinham oportunidade de dizer

tudo o que pretendiam durante uma reunião com o ministro relator. “Com o áudio, o advogado poderá reforçar um ponto do caso que reputar importante, anotar alguma tese superveniente, indicar alguma urgência, como já o faz por meio dos memoriais escritos. Além disso, o destinatário do áudio poderá reproduzi-lo o quanto desejar, o que é um ganho em compreensão do que se está a julgar”, reforça.

Aprendizado permanente

A colaboradora Michelle Gomes é bacharel em Ciência da Computação pelo UniCeub e especialista em desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis (Android). Nascida em Belo Horizonte, ela está no Tribunal há mais de dois anos. Na sua opinião, trabalhar no STJ revolucionou sua maneira de enxergar o Judiciário e a concretização da Justiça. “Trabalhar aqui significa estar na linha de frente

“A gravação traz uma carga de emoção e sentimento que o papel é incapaz de reter.”

MICHELLE GOMES, IDEALIZADORA DO PROJETO

das soluções jurídicas nacionais. É estar em constante aprendizado e evolução para entregar a melhor prestação jurisdicional possível”, destaca.

Os autores esperam que os memoriais em áudio, em que os advogados têm a oportunidade de antecipar suas observações com mais atenção, se tornem uma realidade e rendam bons frutos. “A gravação ficará vinculada e eternizada ao processo. Assim que o relator acessar os autos, terá a oportunidade de ouvir reiteradamente os pontos que o advogado pretende reforçar. A gravação traz uma carga de emoção e sentimento que o papel é incapaz de reter em plenitude”, esclarece. ■



2º lugar / Categoria Ideias Inovadoras

Aprendizado de Máquina Aplicado ao Índice de Processos Originários

Idealizadores: Efinéias Stroppa dos Santos, Felipe Meneses da Silva, Jorge Gomes de Andrade Cruz Júnior, Lucas Macêdo Bustamante e Rafael de Souza Dourado.

Indexar, basicamente, é localizar em quais páginas de um processo está cada uma das peças, como petições, provas e outros documentos. Quando um advogado protocola, por exemplo, um *habeas corpus*, por meio da Central do Processo Eletrônico (CPE), ele junta ao processo, além da petição, documentos que, não raramente, contêm centenas de páginas.

Estima-se que, atualmente, a tarefa pode levar até 30 minutos por processo, dependendo do caso. A indexação é uma atividade importante para o julgamento, mas é algo

“Ao diminuir o esforço humano, será possível racionalizar a atuação dos servidores da SJD, redirecionando-os para atividades que exigem mais esforço intelectual.”

**RAFAEL DOURADO,
IDEALIZADOR DO PROJETO**



repetitivo e de baixa complexidade, apesar de ser uma das etapas mais difíceis de serem automatizadas. Focando na possibilidade de uso da inteligência artificial para agilizar a indexação, um grupo de servidores do tribunal idealizou uma solução capaz de colocar a tecnologia nesse campo.

Segundo lugar na categoria Ideias Inovadoras do Prêmio InovaSTJ de 2021, o *Projeto IA a serviço do homem, um caso de aprendizado de máquina aplicado ao índice de processos originários* tem como autores os servidores Jorge Gomes de Andrade Cruz Júnior, coordenador de Classificação e Distribuição de Processos (CCLA/SJD); Lucas Macêdo Bustamante,

lotado na CCLA; Felipe Meneses da Silva, da Seção de Controle e Encaminhamento de Processos (SECEP/SJD); Rafael de Souza Dourado, assessor da Secretaria Judiciária (SJD); e Efinéias Stroppa dos Santos, coordenador de Governança de Dados e Informações Estatísticas (CDAD/SGE).

Aprendizado da máquina

O projeto foi uma iniciativa da Secretaria Judiciária (SJD), com o apoio da Assessoria de Inteligência Artificial (AIA), visando aplicar tecnologia na indexação de processos originários que chegam ao STJ. A SJD é a porta de entrada de processos na Corte, e o uso de IA para

automatizar a indexação reduzirá o tempo para a distribuição dos feitos aos ministros relatores.

Em 2021, houve um aumento de 22,5% no número de processos recebidos no Tribunal, o que significa cerca de 49 mil novos feitos apenas no primeiro semestre deste ano. A análise das peças dos processos e a indexação dos documentos mais relevantes facilitam a inserção de dados do processo, a realização de triagem e a análise processual nos Gabinetes dos Ministros.

Rafael de Souza Dourado, um dos idealizadores do projeto, calcula que, multiplicando o atual tempo dispendido na indexação pelos milhares de processos que o STJ tem recebido, fica clara a necessidade de aperfeiçoar o processo do trabalho.

“Além disso, ao diminuir o esforço humano, será possível racionalizar a atuação dos servidores da SJD, redirecionando-os para atividades que exigem mais esforço intelectual”, comenta Rafael.

Para o coordenador da CCLA, Jorge Cruz Júnior, o projeto alinha o que vem se ouvindo sobre inteligência artificial. “A máquina ajudando, potencializando a atividade humana.

“O interessante do projeto é que a solução está sendo criada pelas equipes do STJ. Esse movimento integrativo, de colaboração das áreas, é muito importante para o tribunal.”

**JORGE CRUZ JÚNIOR,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

A tecnologia é uma aliada e o interessante do projeto é que a solução está sendo criada pelas equipes do STJ. Esse movimento integrativo, de colaboração das áreas, é muito importante para o tribunal.”

Como funciona

A técnica de indexação de peças processuais é complexa; por isso, os criadores da inovação desenvolveram dois modelos de inteligência artificial utilizando o aprendizado de máquina: um modelo para identificar o início e o fim de cada documento; e o outro

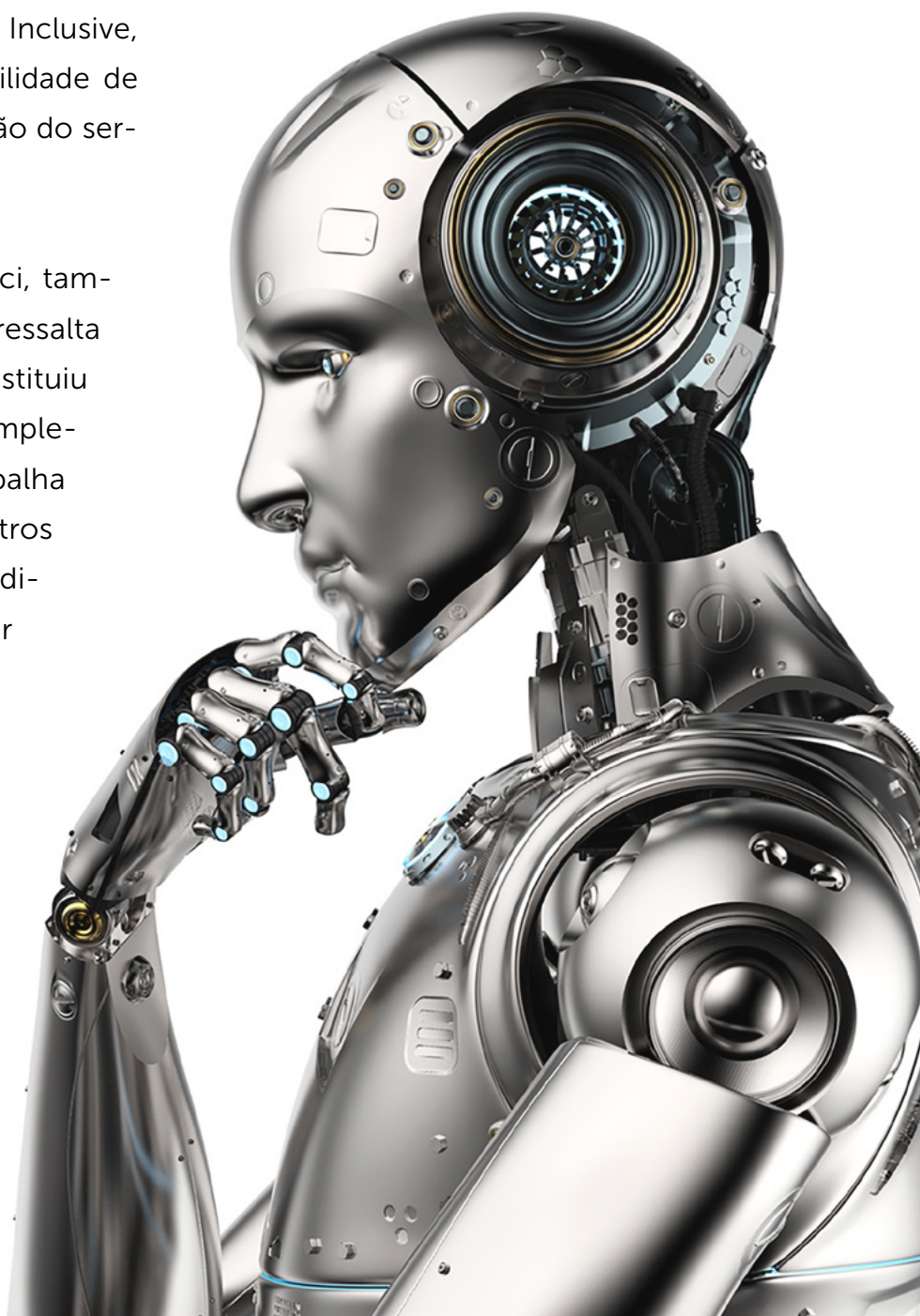
modelo para identificar o tipo de cada documento encontrado. O primeiro valeu-se de recursos de visão computacional; o segundo, de recursos de processamento de linguagem natural.

“Podemos dizer que o STJ está na crista da onda nessa tecnologia”, destaca Virgínia Martins, da AIA. Para ela, a grande “sacada” é unir essas duas partes para a máquina localizar as peças do processo. “O servidor precisará apenas revisar a indexação automática. Inclusive, a IA já fornece a probabilidade de acerto, facilitando a revisão do servidor”, comenta.

Luiz Anísio Vieira Batitucci, também servidor da AIA, ressalta que a tecnologia não substituiu o humano em tarefas complexas. “A máquina só trabalha com base nos parâmetros que damos. Seu aprendizado se limita a achar padrões predeterminados”, ressalta. ■

“O STJ está na crista da onda nessa tecnologia.”

**VIRGÍNIA MARTINS,
SERVIDORA DA AIA**



3º lugar / Categoria Ideias Inovadoras

É AQUI!!!

Idealizador: José Marcos Alves de Menezes.

A partir de agora, quem estava acostumado a utilizar os serviços da Secretaria Judiciária vai conhecer um novo canal interno de suporte às solicitações corretivas de autuação de feitos: o *É Aqui!!!*. A ideia do sistema é fornecer um caminho no qual as pessoas possam atender seus pedidos, em relação a processos, sem intermediários e com mais rapidez. Desenvolvido pelo chefe da Seção da Autuação de Processos de Jurisdição Especial (SAUTE), José Menezes, a nova ferramenta utiliza recursos do Office 365 integrados ao Teams.

Foram três meses de trabalho, quatro versões do sistema e inúmeros testes para resolver o maior obstáculo da Coordenadoria de Autuação (CORA): a quantidade de pedidos realizados por diferentes unidades para alteração da autuação de processos. “A gente recebe por e-mail,

por sinal de fumaça, pelo Disk, pelo Teams”, conta o gestor da SAUTE. Segundo ele, era o momento de criar algo unificado e a oportunidade de “devolver os erros para o próprio autuador corrigir e identificar o que poderia ser melhorado”.

“A ideia do sistema é fornecer um caminho no qual as pessoas possam atender seus pedidos, em relação a processos, sem intermediários e com mais rapidez.”

**JOSÉ MENEZES,
IDEALIZADOR DO PROJETO**



O coordenador de Classificação e Distribuição de Processos (CCLA), Jorge Cruz, explica que a ideia da ferramenta é disponibilizar um serviço organizado, ágil e eficaz no qual usuários possam solicitar a correção de autuações processuais. “Muitas vezes, as pessoas não sabem quem procurar quando precisam fazer alguma correção no processo ou tirar dúvidas, ou obter esclarecimentos. Com esse canal, e a organização montada pela SJD, poderemos dar atenção e atender melhor os clientes.”

Mesmo com a facilidade da nova ferramenta, as áreas poderão continuar se valendo dos serviços da Seção de Informações Processuais (SEINP), que concentra o atendi-

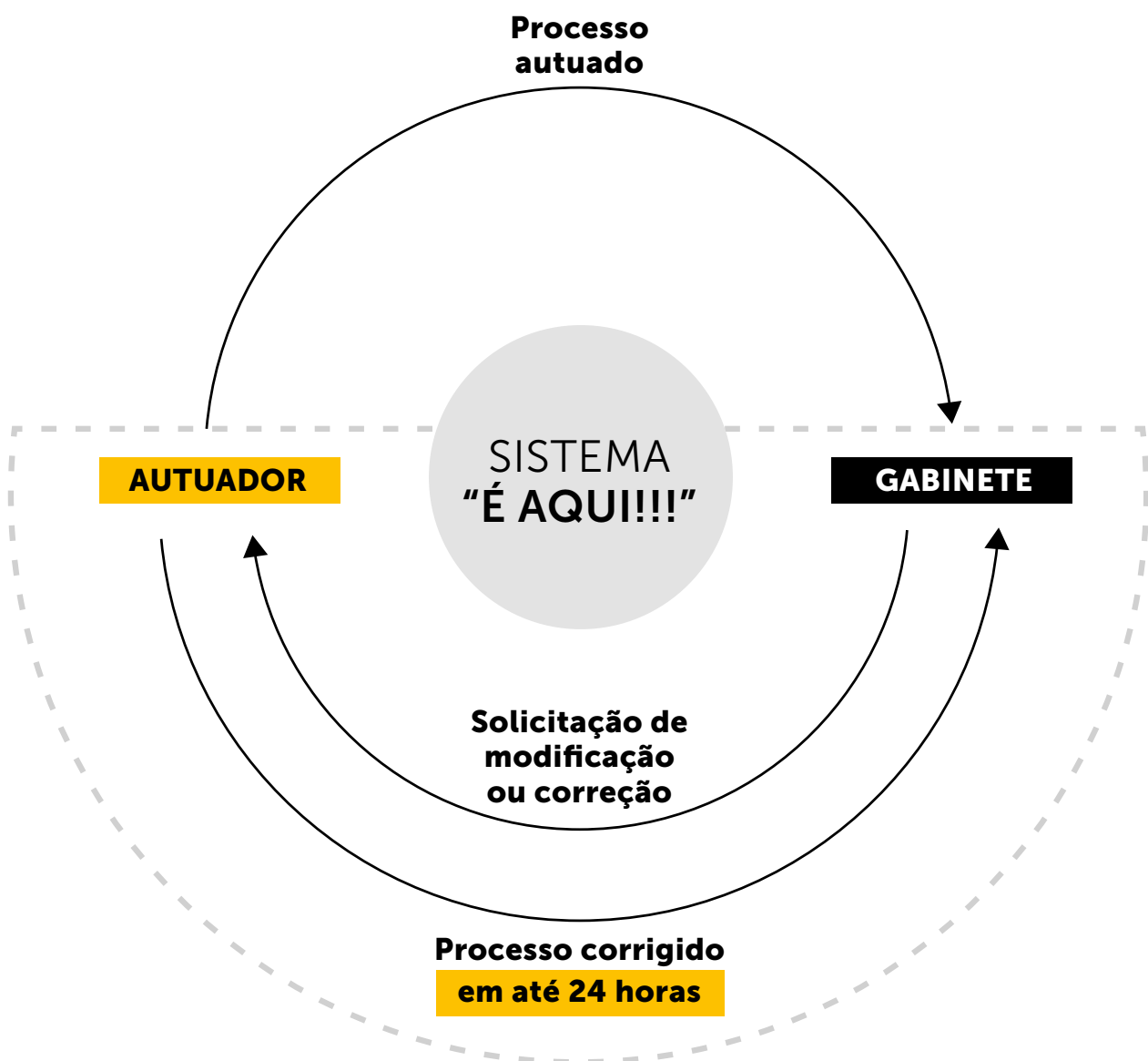
mento interno e externo do STJ, em relação a processos judiciais. José Menezes observa que, por meio do sistema, a secretaria poderá obter dados importantes para estudos, identificar *gaps* e fazer investimentos para melhorar a qualidade dos serviços. “Existe a possibilidade de consultar a estatística e obter relatórios para entender onde a seção está errando”, destacou o autor do projeto que ficou em terceiro lugar no Prêmio InovaSTJ deste ano.

Entenda mais

De acordo com a assistente da Coordenadoria de Autuação (CORA), que também trabalhou no desenvolvimento da ferramenta, Viviane

Miranda, o *É Aqui!!!* é um sistema criado para otimizar o atendimento dos retornos da autuação. Em outras palavras, quando o processo possui algum erro ou precisa ser modificado, em relação a qualquer aspecto da autuação, ele retorna para a SJD, por meio de suas seções de autuação (SAUTE e SAUTO), para que sejam retificados e/ou alterados.

Viviane revela que a quantidade de processos autuados chega a uma média de 1.600 por dia, somados os de competências originária e recursal. “Mesmo tendo um retorno bem pequeno frente a esses números, o trabalho de retificar ou alterar é diário, e precisava de um mecanismo prático e rápido, para que os autos não ficassem aguardando”, observa.



A proposta do *É Aqui!!!* é fazer com que qualquer servidor do STJ possa abrir sua demanda, sem intermediários, diretamente com o pessoal que soluciona os retornos. “São pequenos erros de autuação que precisam ser sanados e alterações diversas, como acrescentar representação após o processo autuado, ou dar cumprimento aos despachos e às decisões, ou acrescentar partes ou alterar classes processuais”, esclarece.

Ela destaca ainda que o servidor de gabinete, por exemplo, poderá abrir sua solicitação, via formulário, informando apenas os dados do processo e o que é preciso fazer. “Assim que for atendido, ele receberá uma mensagem automática pelo Teams com informações sobre o seu pedido.”

Vantagens do sistema

Os testes com o novo sistema começaram internamente – nas seções posteriores à autuação, na SJD. Quando a Coordenadoria de Triagem detecta alguma falha na autuação, o servidor abre chamado, via Teams, e os operadores do sistema providenciam para que a própria pessoa que autuou possa corrigir o erro, num prazo máximo de 24 horas.

“O trabalho de retificar ou alterar é diário, e precisava de um mecanismo prático e rápido, para que os autos não ficassem aguardando.”

**VIVIANE MIRANDA,
ASSISTENTE DA CORA**

“Em qualquer lugar do Tribunal onde o processo se encontre, ele poderá ser ajustado pelos autuadores e não precisará mais ser deslocado para a autuação. Isso agiliza bastante o processo de retificação. Existe também um campo no formulário que indica a urgência do pedido, o que o coloca nas prioridades das demandas, mas isso precisa ser justificado.”

Outra vantagem, segundo Viviane, é ter um sistema que serve como *feedback* para o autuador, que fica sabendo todos os dias o que pode melhorar no seu processo de trabalho, pois ele mesmo é quem conserta os seus erros. ■

1º lugar / Categoria Melhores Práticas

Painel de Dados Inteligentes

Idealizadores: Efinéias Stroppa dos Santos, Lucas Macêdo Bustamante e Rafael de Souza Dourado.



Saber as chances reais de certificação ter sucesso é um dado essencial para avaliar se o processo vale a pena e ajuda a diminuir o número de litígios. Pensando nisso, a Secretaria

Judiciária (SJD) desenvolveu o *Painel de Dados Inteligentes*. A iniciativa ficou em primeiro lugar na categoria Melhoras Práticas do Prêmio InovaSTJ.

A ferramenta foi desenvolvida por Efinéias Stroppa, coordenador de Governança de Dados e Informações Estatísticas (CDAD/SGE); Lucas Macêdo Bustamante, servidor da Coordenadoria de Classificação e Distribuição de Processos (CCLA/SJD); e Rafael de Souza Dourado, assessor da Secretaria Judiciária (SJD).

“O principal objetivo do *Painel de Dados Inteligentes* é oferecer um diagnóstico customizado ao litigante sobre o seu acervo de processos, com a expectativa de que, munido de mais informações, ele opte por escolhas estratégicas e reduza a quantidade de recursos interpostos no Tribunal”, explica Efinéias Stroppa.

Para desenvolvê-lo, foi necessário analisar os dados existentes no STJ, refiná-los, estruturá-los e conjugá-los ao sistema de inteligência artificial – Athos – e a um algoritmo criado pelos autores para medir o índice aproximado de sucesso do demandante nas ações em que litiga no STJ.

Vencida essa etapa, foi utilizada a ferramenta *Power BI* para que esses dados, que nunca haviam sido cruzados, fossem mostrados de forma amigável, permitindo conclusões até então inacessíveis sobre o acervo do litigante.

“O principal objetivo do *Painel de Dados Inteligentes* é oferecer um diagnóstico customizado ao litigante (...) com a expectativa de que, munido de mais informações, ele (...) reduza a quantidade de recursos interpostos no Tribunal.”

**EFINÉIAS STROPPIA,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

Racionalizando processos

O *Painel* permite, por exemplo, descobrir de modo simples índices como o sucesso do INSS em recursos especiais sobre aposentadoria rural. Essa eficiência fez um dos maiores demandantes do STJ – a Advocacia-Geral da União (AGU) – assinar um acordo de cooperação técnica com a Corte. O objetivo é racionalizar a tramitação dos processos de órgãos e demais entidades representadas pela AGU.

Graças ao acordo, até junho de 2021, mais de 350 mil processos deixaram de ser enviados ao STJ – uma redução próxima de 11,20% de agravos da Advocacia-Geral em recursos especiais. A AGU publicou a **Portaria PGU/AGU n. 3/2021**, que consolida e aprimora a parceria. Rafael Dourado explica que isso estimula a desjudicialização e torna a atuação do demandante mais assertiva. “O *Painel* permite identificar casos com recursos manifestamente contrários à jurisprudência da Corte e fornece subsídios para que esses feitos tenham sua tramitação abreviada nas instâncias de origem por meio de

“O *Painel* permite identificar casos (...) contrários à jurisprudência da Corte e fornece subsídios para que esses feitos tenham sua tramitação abreviada nas instâncias de origem.”

**RAFAEL DOURADO,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

+350 mil

Processos que deixaram de ser enviados ao STJ pela AGU, desde a assinatura do Acordo de Cooperação

-11,20%

Redução aproximada de agravos da AGU em Recursos Especiais

desistências, acordos ou não interposição de recursos, fortalecendo nosso papel como tribunal de precedentes”, esclarece.

Formando precedentes

Em 2020, cerca de 57% dos recursos extraordinários e dos recursos extraordinários com agravos que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) passaram antes pelo STJ. Ter conhecimento prévio do que tramita nesta Corte Superior era o que faltava para que o Supremo adotasse uma atuação preventiva, antecipando a inclusão de processos no rito da repercussão geral.

O *Painel de Dados Inteligentes*

impulsionou a assinatura de mais um acordo de cooperação, para o compartilhamento de informações e dados entre o STJ e o STF, com o objetivo de reduzir a atuação jurisdicional repetitiva de ambas as Cortes.

Com isso, é possível identificar, de forma célere e segura, temas que impactam a sociedade, por meio da potencialização dos agrupamentos feitos pelo sistema de inteligência artificial Athos, relacionados com diversos outros dados dos processos do STJ.

Novos rumos

Além dos painéis customizados para a AGU e para o STF, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo recebeu um *Painel* adaptado às suas necessidades. Novos estudos já estão sendo feitos para que outros demandantes façam uso da ferramenta.

“A aplicabilidade do *Painel de Dados Inteligentes* leva em consideração conceitos como a experiência do usuário, atendendo as particularidades dos grandes demandantes desta Corte Superior e de outros órgãos, sobretudo a necessidade de melhor gerencia-

“A aplicabilidade do *Painel de Dados Inteligentes* leva em consideração conceitos como a experiência do usuário, atendendo as particularidades dos grandes demandantes desta Corte Superior.”

**LUCAS BUSTAMANTE,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

mento do acervo de processos”, afirma Lucas Bustamante.

Esse trabalho de inteligência é pioneiro e aponta novos rumos. O compartilhamento de dados, a análise estatística e a compreensão sistêmica da realidade servirão para nortear e aprimorar a atuação no âmbito do Poder Judiciário. ■

2º lugar / Categoria Melhores Práticas

Sistema de Elaboração de Editais

Idealizadores: Ariel Oliveira Ponce Devulsky, Débora Rodrigues Costa Leite e Lucimar de Oliveira Dantas.



O Sistema DNA de Elaboração de Editais foi desenvolvido com o objetivo de otimizar a execução de uma importante etapa da licitação, que anteriormente era feita de for-

ma manual, pelo servidor. Todas as contratações realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) passam pela construção de um bom edital. Por essa razão, o projeto

criado pelos servidores Lucimar Dantas, coordenador de Compras (COMP/SAD); Débora Costa Leite, chefe da Seção de Elaboração de Contratos e Editais de Licitação (SEEDI/SAD); e Ariel Devulsky, lotado na SEEDI, foi destaque no Prêmio InovaSTJ 2021, na categoria Melhores Práticas.

“O STJ é terreno fértil para grandes ideias, pois disponibiliza recursos de alto nível em recursos humanos, tecnológicos, estruturais, educacionais e financeiros. Foi uma honra para a COMP ter representado a Secretaria de Administração no concurso”, destacou Lucimar.

Segundo ele, o concurso trouxe benefícios não só para o servidor, mas para todo o STJ. “O resultado não poderia ser diferente. O grande homenageado tem que ser a própria instituição, pela grandeza da iniciativa. Agradecemos a oportunidade!”, comemorou o servidor, formado em Ciências Econômicas e especializado em Gestão e Administração Pública.

Os autores ressaltam que o sistema possui várias funcionalidades. Inicialmente, ele foi criado para ajudar na elaboração de editais, mas, com o tempo, passou a ser

“O STJ é terreno fértil para grandes ideias (...). Foi uma honra para a COMP ter representado a Secretaria de Administração no concurso.”

**LUCIMAR DANTAS,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

tratado como um verdadeiro “ambiente de elaboração de editais”, com vários **recursos (descritos na próxima página)**.

Essas opções facilitam tanto a redação do documento quanto a compreensão e o aprendizado, por exemplo, de um servidor que não domina as etapas do processo de edição. O sistema – garantem os autores – pode ser adaptado para produzir documentos mais complexos, encurtando o tempo de execução das tarefas, elevando a produtividade e reduzindo o desgaste com tarefas triviais.

RECURSOS DO SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS



Minimanual em cada ponto importante do documento, com comentários explicativos, em forma de tutorial, inseridos no documento.



Exportação para PDF



Salvamento automático dentro da pasta a que se destina o documento



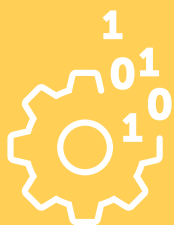
Remoção automática de comentários ao finalizar



Autoformatação e ajuste de todo o documento de acordo com regras da ABNT e do STJ



Módulo que permite que o gestor altere o documento mantendo a integridade da lógica atual do sistema, sem a necessidade de programação



Autonumeração e ajuste automático de todas as referências cruzadas do documento



Funcionalidade principal, que é a produção do documento de acordo com as opções definidas pelo técnico

Além disso, o sistema é integrado ao Microsoft Onedrive e ao Share-Point, o que permite a sua utilização no teletrabalho.

Bons resultados

“Quando começamos a trabalhar no projeto, percebi que as ferramentas implementadas pelo sistema auxiliavam nossa rotina de trabalho. Então, desejei que aquelas pessoas que trabalhavam com o Word tivessem acesso a elas também, pois são recursos que facilitam muito as atividades.

“Quando começamos a trabalhar no projeto, percebi que as ferramentas (...) auxiliavam nossa rotina de trabalho. Então, desejei que aquelas pessoas que trabalhavam com o Word tivessem acesso a elas também.”

**DÉBORA COSTA LEITE,
IDEALIZADORA DO PROJETO**

Após a premiação, achei que seria a oportunidade para essa divulgação, além de ser gratificante ter o trabalho reconhecido”, afirmou Débora, que trabalha há seis anos no Tribunal.

Com a automatização do processo de elaboração de editais e contratos, os prazos de execução das atividades diminuíram em torno de 57%, comparados ao período em que o trabalho era feito de forma manual. A produtividade por servidor aumentou em torno de 800%. E as pessoas lotadas na seção tiveram uma melhora significativa da qualidade de vida no trabalho. ■

-57%

Diminuição do tempo para a execução das tarefas relacionadas à elaboração de Editais

+800%

Aumento aproximado da produtividade por servidor, após a implementação do sistema

3º lugar / Categoria Melhores Práticas

Implantação do Petitionamento Eletrônico Administrativo

Idealizadores: Dijeison Tiago Rios Nascimento, Fernanda Botelho Silveira e Julio Cesar de Andrade Souza.

Em uma instituição com as proporções do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é grande o volume de documentos produzidos no desempenho das atividades diárias. Mesmo com a implementação do *Processo Administrativo Eletrônico*, existia uma grande quantidade de documentos administrativos – como faturas, contratos e notas fiscais – ingressando diariamente na Corte. Para resolver a situação, foi implantado o módulo *Petitionamento Eletrônico Administrativo (PEA)* no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em operação no STJ.

A ação da Coordenadoria de Gestão Documental (CGED/SED) foi uma

das vencedoras do Prêmio InovaSTJ 2021, na categoria Melhores Práticas.

Gostinho de quero mais

O coordenador da CGED, Julio Cesar de Andrade, destaca que o PEA permite uma grande economia de recursos, espaço e horas de trabalho. “Em 2019, a Seção de Protocolo Administrativo (SEPAD/SED) digitalizou quase 770 mil páginas de documentos. Quando o uso do petitionamento eletrônico se tornou obrigatório, em março de 2020, esse número caiu para 154 mil”, informa. Ele acrescenta que o uso dessas ferramentas digitais



é regulamentado pela **Instrução Normativa STJ/GDG n. 17/2019**.

“O STJ possui em seu acervo aproximadamente 76 mil caixas de documentos físicos. Dessas, 21 mil são de documentos administrativos. Aproximadamente 65% de toda a documentação administrativa torna-se passível de eliminação em um prazo que pode variar entre cinco e 10 anos, de acordo com a Tabela de Temporalidade Documental vigente e com as orientações do Tribunal de Contas da União. Não teríamos espaço para continuar guardando esse volume de material que ingressava rotineiramente no Tribunal”, destaca Julio Cesar. Para ele, a premiação esti-

“Não teríamos espaço para continuar guardando esse volume de material que ingressava rotineiramente no Tribunal.”

**JULIO CESAR,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

mula o desenvolvimento de ideias dos servidores. “Ela nos faz pensar em como aprimorar. Deixa um gostinho de quero mais”, comenta.

Poupando recursos

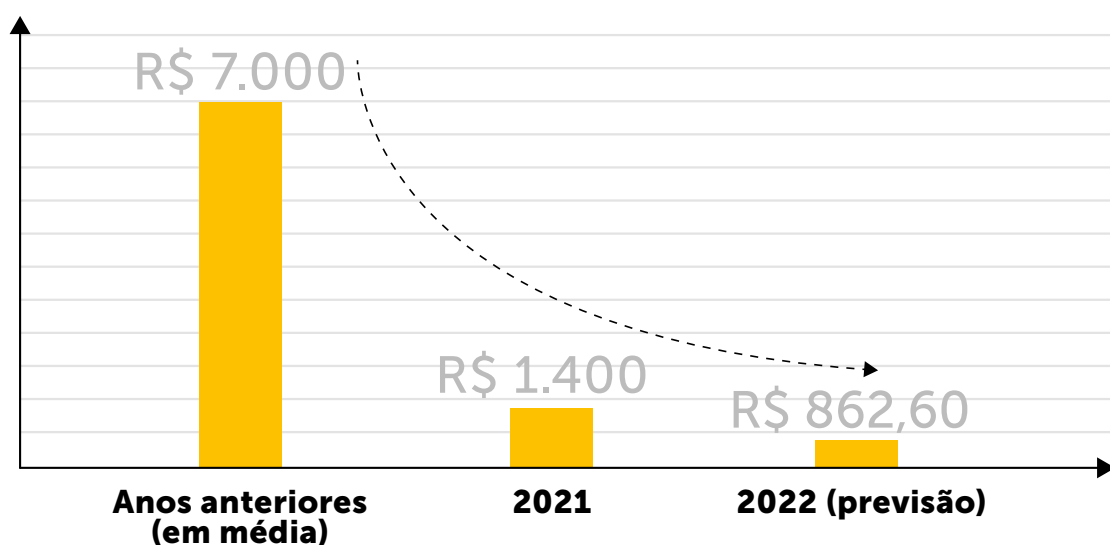
O chefe da SEPAD, Dijeison Tiago Rios Nascimento – um dos coordenadores da implantação do PEA –, esclarece que o módulo de peticionamento do SEI, desenvolvido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), serviu de base para o projeto do STJ. “Era necessário preparar, digitalizar, classificar, registrar e arquivar milhares de documentos recebidos mensalmente. Agora, estamos atuando com muito mais eficiência, o que acarreta economia de recursos e diminuição da burocracia”, detalha. Como exemplo, ele observa que o custo do material de consumo da SEPAD caiu de uma média de R\$ 7.000, nos anos anteriores, para pouco mais de R\$ 1.400, em 2021 – com previsão de chegar a R\$ 862,60, em 2022”, declara.

“Agora, estamos atuando com muito mais eficiência, o que acarreta economia de recursos e diminuição da burocracia.”

**DIJEISON NASCIMENTO,
IDEALIZADOR DO PROJETO**

Outra idealizadora da iniciativa, a chefe da Seção de Documentos Digitais (SEDIG/SED), Fernanda Botelho Silveira, explica que foi realizado um grande estudo para atender às necessidades do Tribunal. “A ferramenta está disponível no Portal do STJ, no menu **Gestão de Docu-**

Material de consumo da SEPAD CUSTO ANUAL





mentos, no item SEI – Uso externo.

Os usuários externos terão um acesso mais limitado que o servidor (usuário interno), mas suficiente para uma boa interlocução com o STJ”, ensina. Lá eles poderão enviar documentos, fazer petições e outras ações.

Para a chefe da SEDIG, “o PEA permite agilizar o processo de pagamento de faturas, além de cortar custos dos usuários externos com impressão, entrega e outros”, destaca Fernanda Botelho. “O PEA viabilizou uma comunicação segura, ágil e integralmente virtual entre o STJ e os usuários externos credenciados, reafirmando nosso papel de Tribunal de Cidadania”, finaliza. ■

“O PEA viabilizou uma comunicação segura, ágil e integralmente virtual entre o STJ e os usuários externos credenciados, reafirmando nosso papel de Tribunal de Cidadania.”

**FERNANDA SILVEIRA,
IDEALIZADORA DO PROJETO**





Secretaria de Gestão Estratégica | SGE

Ed. Administração, 3º andar, sala 359

Ramais: 8833 e 8830

stj.sge@stj.jus.br

Seção de Gestão do Portfólio Estratégico

projetos@stj.jus.br

